

E hora da política

P7

20 AGO 1995

JOSÉ SARNEY

O GLOBO

Ninguém pense que chegaremos a porto seguro no qual não tenhamos problemas. Deus fez o mundo para que o homem participasse da Criação e, por isso, deixou que a cada dia tivéssemos uma agonia, ajudássemos a corrigir imperfeições, ou fazer coisas novas.

O Real venceu suas primeiras dificuldades, consolidou-se, angariou credibilidade e prestígio. Melhor ainda, conseguiu aquilo que é essencial a qualquer plano econômico: o apoio do povo. Mas todos os problemas não estão resolvidos. Eu vivi as circunstâncias de planos econômicos e sei que a lei maior é aquela da velha UDN: a eterna vigilância.

Minha convicção é a de que estamos atravessando muitos sacrifícios e que alguns remédios foram excessivos, como o dos juros astronômicos que estão sendo praticados e o dos compulsórios que, no fundo, é um confisco, sob uma forma branca. Devido a eles os bancos estão tirando o suor e o sangue da iniciativa privada e ninguém sabe quando serão devolvidos.

Outro setor massacrado é o agrícola. O setor de exportação já resolveu o seu problema com os subsídios que está recebendo, compensando a desvalorização do dólar. Mas quem está pagando essa conta são os estados e os municípios, com renda diminuída, o que na ponta significa menos serviços, menos empregos, menos investimentos, isto é, o povo sofrendo mais do que ninguém. A tudo isso o Brasil resiste.

Se o Real conseguir passar o segundo semestre e chegar ao primeiro trimestre de 1996, terá conseguido grande êxito e o Brasil entrará em novo tempo de crescimento e retomada do desenvolvimento econômico. Poderemos, a partir daí, enfrentar os problemas do futuro, que são os de estrutura, decisivos para o destino do país: a educação, que está caótica; a saúde, que está na UTI; os indicadores sociais, que estão cobrindo de vergonha o Brasil; e a pobreza, que começa com o desemprego. Compreendo que a prioridade é a estabilização da economia. Os sacrifícios, insuportáveis, serão recompensados se tivermos êxito.

Agora, a base de todo sucesso está na condução do problema político. Só foi possível fazer o Real, tomar as medidas que foram tomadas, impor essas decisões tão difíceis, graças à base política que o presidente Fernando Henrique conseguiu costurar. Essa base votou as emendas constitucionais, criou expectativa de vitória, mostrou uma nova face do país em busca do novo rumo, modernizando-se, modificando suas estruturas, caminhando firmemente para sua integração à economia mundial e tornando-se competitiva e confiável. O nível de governabilidade assegurado pelo sistema político foi capaz de trazer para o país um fluxo de capitais que, bem ou mal, baseados ou não na especulação e nos altos juros, chegaram com a confiança de que o Brasil era um porto seguro. Isto acumulou grandes reservas. E grandes reservas significam liquidez e atraem parceiros.

A consciência desse fato deve estar na cabeça dos técnicos que criaram o Real. Eles não podem creditar os seus êxitos somente à genialidade da

prancheta que o concebeu. As ciências sociais têm suas leis, pelas quais as mesmas causas não geram os

mesmos efeitos. Há a teoria do intervalo, o que acontece nesse espaço de tempo entre a deflagração e a consequência.

Aí, entra a política, a arte da governabilidade, do possível. A base de sustentação do Governo não pode sofrer movimentos que não sejam de coesão.

Há uma certa insensatez naqueles que estão agindo de forma diferente. Primeiro, foi a pressa de aliciar deputados e senadores para inchar o PSDB. O presidente, advertido, cortou o desatino.

Agora, surge a fusão de partidos para enfraquecer ou estabelecer um balanço de forças entre o PMDB e o PFL. Essa é outra manobra que não deve vingar e que também altera a base de sustentação do Governo, pois significa a concessão de espaços antagônicos nas bases partidárias. Esse movimento, também, é incentivado por estrategistas que não sabem onde estão mexendo.

O terceiro perigo é a convenção do PMDB. Ela deve flutuar de acordo com as correntes do partido que, qualquer que seja o resultado, devem se manter unidas para sustentar o Governo e seu programa. Também o Governo deve evitar de intrinsecamente-se nessa disputa.

Estes dragões são os empecilhos que estão à nossa frente, sem falar nas consequências políticas de uma solução traumática para o problema do Banco Econômico.

Tenham os aconselhadores do presidente Fernando Henrique que, se o Brasil voltar à desintegração política, à velha fórmula com que me cercaram de manter o Governo sob pressão, bloquear decisões, colocar os interesses pessoais acima dos interesses nacionais, perderemos o Real e a boa oportunidade que temos de dar uma guinada extraordinária na vida nacional.

Deve-se, a qualquer custo, mesmo com grandes sacrifícios, não deixar desmoronar a base de governabilidade que construímos no Congresso e que está funcionando bem. Caso ela desapareça, as consequências serão danosas para o país, pois levará de roldão o Plano Real e a confiança que o Brasil construiu no exterior, de credibilidade, e, internamente, de confiança, possibilitando novos investimentos e a retomada do crescimento econômico, pois teremos, de novo, a agitação, o caos político, o vazio das decisões e a ingovernabilidade.

Tudo vai depender da capacidade que o presidente Fernando Henrique tem de lidar com os políticos e com os partidos, dialogando e exercitando a tarefa maior da democracia que é a busca de espaços de consenso, e não terrenos de batalha campal.

Há um diálogo célebre de Hitler com Ribentrop. Este queria, em um momento difícil, abrir condições de dialogar. Disse ao Führer: "É hora de política." Ao que Hitler respondeu: "Odeio a política."

E deu no que deu.